

Intersexualidade e educação física: análise do conhecimento e das experiências de docentes do ensino superior

*Rafael Torres Coelho*¹
*Carlos Alberto Figueiredo da Silva*²
*Raphael Almeida Silva Soares*³

Intersexuality and physical education: analysis of knowledge and experiences of higher education teachers

Intersexualidad y educación física: análisis de conocimientos y experiencias de profesores de educación superior

Resumo

Enfrentando invisibilidade, silenciamento e discriminação, pessoas intersexuais possuem marcadores biológicos que tangenciam ambos os sexos. O presente estudo buscou analisar a percepção de docentes do curso de Educação Física para estabelecer as primeiras aproximações do assunto sobre a ótica dessa área de conhecimento. Os achados sugerem que muitas das situações estigmatizantes encontradas no seio da sociedade heteronormativa são reverberadas e afirmadas por situações vivenciadas pelos docentes em suas práticas educativas. Aproximadamente 50% acreditam ser pertinente discutir questões de gênero e intersexualidade no currículo da formação do professor de educação física. Por outro lado, o mesmo percentual considera que o nome/sexo de registro deve ser fator decisivo para situações normativas da sociedade, como por exemplo, a utilização de banheiros.

Palavras-chave: *Gênero; Sexualidade; Educação Física; Corpo humano.*

1 Especialização em Treinamento Desportivo e Funcional; Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: rafaelcoelho2009@gmail.com

2 Doutorado em Educação Física; Universidade Gama Filho. E-mail: ca.fogueiredo@yahoo.com.br

3 Mestrado em Ciências da Atividade Física; Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: raphaelsoares@sg.universo.edu.br

Abstract

Facing invisibility, silencing and discrimination, intersex people have biological markers that touch both genders. This study sought to analyze the perception of teachers of the Physical Education course to establish the first approaches to the subject from the perspective of this area of knowledge. The findings suggest that many of the stigmatizing situations found within heteronormative society are reverberated and affirmed by situations experienced by teachers in their educational practices. Approximately 50% believe it is pertinent to discuss issues of gender and intersexuality in the physical education teacher training curriculum. On the other hand, the same percentage considers that the name/sex of registration should be a decisive factor for normative situations in society, such as the use of bathrooms.

Keywords: *Gender; Sexuality; Physical Education; Human body.*

Resumen

Frente a la invisibilidad, el silenciamiento y la discriminación, las personas intersexuales tienen marcadores biológicos que afectan a ambos sexos. Este estudio analizó la percepción de los docentes del curso de Educación Física para establecer los primeros acercamientos al tema desde la perspectiva de esta área de conocimiento. Los hallazgos sugieren que muchas de las situaciones estigmatizantes que se encuentran dentro de la sociedad heteronormativa son reverberadas y afirmadas por situaciones vividas por los docentes en sus prácticas. El 50% de los profesores cree que es pertinente discutir el tema en la formación de educación física. Sin embargo, el mismo porcentaje considera que el nombre/género registrado debe ser un factor decisivo, por ejemplo, para el uso de baños.

Palabras clave: *Género; Sexualidad; Educación Física; Cuerpo humano.*

Introdução

Características anatômicas e funcionais podem ser atípicas e/ou ambíguas em uma pessoa intersexual. Isso pode resultar na imprecisão da determinação de seu sexo biológico como feminino ou masculino, de acordo com a concepção social, podendo, assim, uma pessoa possuir simultaneamente estruturas anatômicas de ambos os sexos (BARROS, 1990; GAUDENZI, 2018; LIMA *et al.*, 2017).

O corpo intersexual é vítima de estigmatização social porque excede os parâmetros preestabelecidos dos sexos, bem como dos gêneros feminino e masculino. Esse problema pode ocorrer em várias esferas sociais, inclusive, dentro do próprio núcleo familiar do indivíduo (CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2008). É notável também a falta de conhecimento da sociedade e dos profissionais de saúde sobre o assunto, contribuindo para a perpetuação do estigma (MACKENZIE; HUNTINGTON; GILMOUR, 2009).

A partir deste paradigma, consideramos analisar o nível de conhecimento dos docentes de um curso de Educação Física (EF) licenciatura e bacharelado a respeito de pessoas intersexuais. Investigar esse assunto sob a perspectiva da formação dos profissionais de EF é necessário, pois pessoas intersexuais são vítimas de estigmatização e silenciamento em práticas educativas e esportivas. Logo, a ausência de informações sobre este grupo contribui para a permanência de um status desfavorável, tornando difícil também para os profissionais de EF lidarem com essas questões em todos os âmbitos de sua intervenção profissional. Em outras palavras, a situação do intersexual, em termos educacionais e esportivos, engloba questões jurídicas, éticas e morais, as quais devem ser amplamente discutidas indispensavelmente na formação do profissional de EF.

Os grupos sociais geram padrões e expectativas de comportamentos, para que as pessoas ajam de acordo com normas socialmente estipuladas, para cada

um dos sexos biológicos. Os comportamentos esperados, sejam eles compulsórios ou espontâneos, compõem o que entendemos como mulher e homem, formando então os *papéis de gênero*. Entretanto, pode uma pessoa de sexo biológico X apresentar um *papel de gênero* diferente do que se espera. Isto está referido na literatura sobre a expressão *identidade de gênero*. Este conceito distancia o gênero de uma normatividade, proporcionando ao indivíduo se expressar de maneira mais espontânea. Embora sexo e gênero pareçam ser termos semelhantes/sinônimos, ao se tratar de sexo biológico e identidade de gênero, eles apresentam significados diferentes.

Diante deste panorama, onde se encaixariam os intersexuais, tendo em vista que seus marcadores de diferenciação sexual podem tangenciar os parâmetros de ambos os sexos?

O objetivo deste trabalho é analisar o conhecimento e as experiências dos docentes atuantes em um curso de graduação nas modalidades licenciatura e bacharelado sobre a importância e valorização do tema intersexualidade e suas relações com as práticas corporais. Como desdobramento do objetivo principal, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) avaliar o nível de conhecimento de docentes sobre intersexualidade; b) classificar o nível de importância sobre a perspectiva docente a respeito da intersexualidade; c) relacionar o nível de conhecimento com as intervenções voltadas para o assunto em questão.

Referencial teórico

O sexo biológico pode ser definido por meio de fundamentos da fisiologia humana, a partir de algumas variáveis, particularidades e de presença ou não de organismos (DOMENICE *et al.*, 2002). É tipificado como masculino ou feminino aquele indivíduo que apresenta a configuração de itens biológicos congruentes com os parâmetros preestabelecidos de um dos sexos.

Para Oliveira e Porto (2016, p. 4):

Identidade de gênero, portanto, é inerente a cada indivíduo, não podendo ser limitada à genitália possuída. Esta, por sua vez, reflete apenas uma característica cromossômica do indivíduo, sendo possível, inclusive, a intersexualidade. Assim, a existência de um pênis (genitália masculina) não encerra a identidade de gênero da pessoa na masculinidade, bem como uma vagina (genitália feminina) não deve limitar a identificação de alguém com o gênero feminino.

A identidade de gênero está relacionada à autossatisfação e à aceitação da própria imagem e do sexo biológico (OLIVEIRA; PORTO, 2016). Tal fato não é novidade no universo acadêmico. Há pouco mais de uma década, em sua tese de doutorado, Santos (2006) teve como objetivo compreender o desenvolvimento da identidade de gênero em jovens intersexuais. Ela destacou os seguintes itens como eixos do desenvolvimento da identidade de gênero desse grupo: percepção corporal; papéis de gênero; socialização e identidade sexual. Portanto, questões de intersexualidade estão tanto ligadas ao sexo biológico quanto à identidade de gênero.

Apesar de vivenciarem corpos com variações anatômicas consideradas atípicas/ambíguas e, com isso, se depararem com algumas situações embaraçosas, foi percebido que esses indivíduos não costumam encontrar dificuldades, quando necessitam se identificar como mulheres ou homens, apesar de também haver a possibilidade de alguns destes não se enquadrarem em nenhum dos sexos/gêneros, ou se enquadrarem em ambos.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), a população intersexual alcança no mundo um número entre 0,05% e 1,7%. À guisa de ilustração, esse percentual é algo próximo da população mundial de ruivos. Intersexuais são também uma das frentes minoritárias com menor representatividade na sociedade, sendo o grupo de menor visibilidade no LGBTQIA+. A intersexua-

lidade converge em direção às discussões delineadoras de modelos de corporeidade, sexo e gênero, bem como é transgressora diante de padrões estéticos, sociais e biomédicos.

Em algumas situações, equivocadamente associada ao termo “hermafrodita” (DREGER *et al.*, 2005), a intersexualidade pode se manifestar por diversas formas, dependendo do arranjo dos marcadores biológicos sexuais: configuração cariotípica, taxa de hormônios e tecidos reprodutores. Assim sendo, cada caso é um caso singular à sua maneira, devido às múltiplas variações desses marcadores (ROWLANDS; AMY, 2018).

Do ponto de vista biomédico, variações cromossômicas desencadeiam alterações no fenótipo (AINSWORTH, 2015). Podemos observar outros tipos de configurações cromossômicas, por exemplo, 47, XXY (*Síndrome de Klinefelter*) e 45, XO (*Síndrome de Turner*). No caso do cariótipo 47, XXY, o homem que detém esta condição poderá manifestar volume exacerbado nas mamas, ausência de pelos, testículos e níveis de testosterona reduzidos, além de problemas de fertilidade (MAIA *et al.*, 2002; SMYTH; BREMNER, 1998). Em outros casos, também poderá ocorrer em pessoas 46, XX, o desenvolvimento de *masculinização* completa (BIANCO *et al.*, 2011; DAMIANI *et al.*, 2005). Mesmo com o arranjo cromossômico entendido como *feminino*, existe a possibilidade da formação de gônadas, genitálias, entre outras características do sexo biológico masculino.

Ademais, as células do corpo podem não responder parcial ou totalmente aos hormônios andrógenos, atuantes na formação das características sexuais primárias e secundárias masculinas. Essa condição é conhecida como Síndrome de Insensibilidade Androgênica (SIA) ou Síndrome de Morris. Nela, indivíduos XY, que em suma possuem fenótipos masculinos, acabam desenvolvendo características gerais do fenótipo feminino por não possuírem células responsivas aos compostos precursores das características masculinas (BANDEIRA *et al.*, 2015; MELO *et al.*, 2005). Dessa forma, esses indivíduos podem não suspeitar de sua condição devido à tamanha semelhança corporal em relação às mulheres XX.

A intersexualidade pode ser descoberta em diferentes momentos da vida: logo após o nascimento, na infância, na puberdade, na fase adulta (MIANO, 2015) ou, até mesmo, após a morte (RITCHIE; REYNARD; LEWIS, 2008). No caso de um neonato intersexual com genitália atípica/ambígua, surgem questionamentos pertinentes à funcionalidade do órgão atípico, junto à necessidade de uma suposta adequação, considerada como um evento urgente a um dos sexos e/ou gênero feminino e masculino. Isto ocorre sob a premissa de que um órgão genital atípico poderá trazer efeitos psicológicos negativos ao indivíduo (GUIMARÃES, 2013).

Numa tentativa de ser normalizado, o intersexual pode ter seu corpo submetido à intervenção cirúrgica e/ou medicamentos que objetivam aproximar sua estética e funcionalidade a um fenótipo de um dos sexos. Discutir essa prática vem sendo uma das principais pautas dos intersexuais na luta por direitos em uma perspectiva biopolítica. O grupo critica o emprego de tais intervenções clínicas, quando o indivíduo submetido ainda não alcançou determinado nível de desenvolvimento tanto físico quanto psicológico, suficiente para optar por práticas de adequação exercidas em seu corpo. Essas intervenções precoces têm sido alvo de críticas quando realizadas antes do gênero e/ou sexualidade se manifestarem e uma agressão aos direitos humanos do indivíduo (CANGUÇÚ-CAMPINHO *et al.*, 2009).

A intersexualidade no âmbito esportivo

As modalidades esportivas são divididas, primordialmente, por sexo biológico, tendo em vista as diferenças físicas e o desempenho entre homens e mulheres relacionadas principalmente às taxas hormonais. Esta distinção tem como alvo a manutenção do *fair play*, ou seja, contribuir para um suposto limiar de igualdade competitiva (DABHOLKAR, 2013).

O contato de pessoas intersexuais no esporte de alto rendimento possui um histórico de escrutínio e discriminação (ELSAS *et al.*, 2000; PIRES, 2016a;

YOUNG, 2015) em razão da suspeita de *fraude de sexo* desses indivíduos que apresentavam corpos fora dos *padrões* (SANTOS, 2018). A mídia teve sua parcela de contribuição na construção de uma imagem pejorativa do atleta intersexual, dando o tom de *bem contra o mal* em suas matérias, onde o bem seria a justiça no esporte, e o mal seriam as supostas *fraudes*. Isto contribui ainda mais para a estigmatização do grupo na sociedade (PIRES, 2016b; SULLIVAN, 2011; YOUNG, 2015).

Foram estabelecidos diferentes parâmetros ao longo do tempo para determinar atletas como elegíveis para a prática esportiva. Sob o ponto de vista do sexo biológico, os parâmetros tornaram-se delimitadores do que viria a ser uma mulher ou um homem, desportivamente. Logo, zelando assim pela distinção de categorias por sexo, considerada um dos pilares do status de equilíbrio nas competições (ELSAS *et al.*, 2000).

Características corporais *atípicas* levaram as autoridades desportivas a uma verdadeira *caça às bruxas*, em que mulheres intersexuais se submeteram a vexatórios *testes de verificação de gênero* que consistiam em *desfiles de nudez* (ELSAS *et al.*, 2000) voltados para uma banca avaliadora no intuito de atestarem sua *feminilidade* e garantirem sua elegibilidade nas competições (DAUDER, 2011). Esses testes foram realizados em razão do desempenho inesperado dos corpos com características transgressoras aos limites do que é entendido como o sexo biológico feminino. Atualmente, os *testes de gênero* são bem menos invasivos.

As instituições desportivas buscavam a *normalização de corpos intersexuais*, com o objetivo de regular ou expurgar aquilo percebido como *fraude* ou injustiça. Dessa maneira, atletas intersexuais tiveram de se submeter a intervenções clínicas, para garantirem sua elegibilidade no esporte, mesmo que esses procedimentos tenham efeitos negativos para a saúde (XAVIER; MCGILL, 2012).

No entanto, a razão pela qual julgavam e, muitas vezes, excluíram estes atletas de suas atividades estava pautada em estigmas sociais perante formas físicas destoantes dos limites do feminino/masculino. Aparentemente, a preocupação com o equilíbrio das competições foi parcial, tendo em vista que outras diversas discrepâncias morfofuncionais, que também poderiam garantir vantagens entre os atletas, não foram e nem são alvos de desconfiança ou regulação (PIRES, 2016a; TUCKER; COLLINS, 2010).

Em 2011, o Comitê Olímpico Internacional (COI), com a colaboração de um conselho médico, reavaliou suas normas de *verificação de gênero*. A partir de então foram consideradas como elegíveis, para competir na categoria feminina, as atletas que possuísem níveis de testosterona abaixo dos 10 nanomol por litro (nmol/L) de sangue. Para as atletas que comprovem a condição de resistência ao efeito da testosterona não há restrições. No caso de atletas com níveis excedentes de testosterona, a única possibilidade para se tornar elegível era a de reduzir os níveis através de intervenções clínicas (cirurgia ou terapia hormonal). No caso dos homens, não há restrições para os níveis endógenos de testosterona.

Foi assim que então os corpos entendidos como além do *padrão feminino* foram parcialmente aceitos. As atletas hiperandrogênicas (atividade biológica dos androgênios aumentada) passaram a ser investigadas pelas instituições esportivas por naturalmente extrapolarem os limites hormonais preestabelecidos, embora ainda exista uma controvérsia a respeito da testosterona ter impacto direto no desempenho de atletas (REARDON, 2016). Em 2015, o COI sugeriu que mulheres hiperandrogênicas competissem na categoria masculina, para muitos, esse foi um posicionamento descabido (PIRES, 2016a).

O *Regulamento de Elegibilidade para a Classificação Feminina* também foi uma atualização de políticas sobre atletas hiperandrogênicas. A Associação Internacional de Federações de Atletismo (AIFA) divulgou em abril de 2018 seu novo posicionamento (HARPER *et al.*, 2018) voltado para competições inter-

nacionais ou qualquer outro evento em que se busque o recorde mundial: i) ser reconhecida em lei como mulher ou intersexual; ii) reduzir o nível de testosterona circulante no sangue para menos de 5 nmol/L por um período contínuo de 6 meses; iii) manter o nível de testosterona circulante no sangue abaixo de 5 nmol/L.

Metodologia

Esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa, utilizando o questionário fechado como instrumento de coleta de dados (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). O questionário foi adaptado do *caderno temático* Os desafios da escola pública paranaense a perspectiva do professor PDE – Produções Didático-Pedagógicas (MOLETA, 2013). O questionário original aborda questões de gênero, sexualidade e educação. As perguntas foram adaptadas para os temas intersexualidade, gênero e educação.

O público amostral foi constituído pelo corpo docente do departamento de Educação Física da Universidade Salgado de Oliveira (Campus São Gonçalo), que contava na época da coleta de dados com um contingente total de 31 docentes. Contudo, apenas 14 (quatorze) possuíam formação em Educação Física. Desta forma, foram enviados 14 questionários. Sendo que 12 (doze) docentes retornaram com os questionários devidamente preenchidos. Entre os dois que não o fizeram, 1 (um) estava de licença e o outro optou por não participar. A presente pesquisa foi aprovada pelo CEP recebendo o número de registro CAAE: 30993220.4.0000.5289. Todos os voluntários receberam junto ao questionário uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguindo os preceitos das resoluções n.º 466/12 e 510/16, para pesquisas com seres humanos. Inserimos na primeira página do questionário um breve texto de um parágrafo sobre a condição intersexual para contextualização dos voluntários.

Resultados

As primeiras sete questões referem-se aos dados sociodemográficos dos entrevistados e demais informações pessoais que foram suprimidas para preservar a identidade dos voluntários. No Quadro 1, podemos observar os resultados das questões que vão de número 8 a 14.

Quadro 1 – Respostas dos docentes sobre as questões de 8 a 14.

Questões	Sim	Não	Não sei
8. Em sua formação profissional em algum momento você foi orientado(a) a lidar com questões relativas à intersexualidade?	67%	33%	0%
9. Antes de responder esse questionário, você já tinha ouvido falar a respeito de pessoas intersexuais?	92%	8%	0%
10. Você já fez algum curso de capacitação voltado para a questão de gênero?	0%	100%	0%
11. Você percebe que a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem? Como por exemplo, expectativas diferentes quanto a comportamentos, a profissão, e as relações pessoais (amizades, relações amorosas)?	83%	8,5%	8,5%
12. Em sua opinião, a faculdade colabora para o desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em alunos e alunas?	50%	42%	8%
13. Como docente do curso de educação física, você já abordou em alguma de suas aulas práticas-esportivas algo a respeito de questões relacionadas ao gênero (masculino, feminino, não-binário)?	75%	25%	0%
14. Você já presenciou alguma situação, em sua aula ou no intervalo de aula, em que um(a) aluno(a) foi alvo de gozação por partes de colegas, por apresentar comportamentos que não são considerados “culturalmente” adequados em relação ao seu sexo?	58%	42%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 2, estão as opções e as respostas sobre a compreensão dos docentes perante a intersexualidade.

Quadro 2 – Respostas da Questão 15: da compreensão sobre intersexualidade.

Alternativas	%
É genética, ou seja, já “nasce com a pessoa”.	25
É aprendida, ou seja, depende das experiências de vida da pessoa.	8

É uma escolha, ou seja, a pessoa opta por ser intersexual.	25
É genética e social, ou seja, é o resultado da interação entre a genética e as experiências vividas pela pessoa.	34
Não sei	8
Outra	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

A questão 16 representada no Quadro 3 se refere à inclusão das discussões sobre gênero no curso de EF. Outros 8% responderam: “O curso não deve promover discussões sobre o gênero, pois discussões desta natureza podem causar conflitos na faculdade”.

Quadro 3 – Respostas da Questão 16: a respeito da inclusão das discussões sobre gênero no curso de Educação Física.

Alternativas	%
Não é papel do curso promover discussões sobre o gênero, pois isto é responsabilidade do indivíduo.	8
Os gestores do curso devem perguntar aos (as) alunos (as), se o assunto gênero deve ser incluído em suas atividades acadêmicas.	17
O curso deve, sim, promover discussões sobre o gênero, com ou sem consentimento dos alunos, pois é uma de suas responsabilidades promoverem esclarecimentos sobre estes assuntos.	59
O curso não deve promover discussões sobre o gênero, pois discussões desta natureza podem causar conflitos na faculdade.	8
Não sei	0
Outra	8

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 4 apresenta as respostas dos docentes sobre uma situação hipotética que pode ocorrer em sala de aula. Imagine a seguinte situação: você presencia uma discussão de um grupo de alunos (as), em sala de aula, sobre uma pessoa intersexual que faz parte da turma. Um (a) dos (as) alunos (as) lhe pergunta: “Professor (a), qual banheiro uma pessoa intersexual deve utilizar?”

Quadro 4 – Respostas da Questão 17: “Professor (a), qual banheiro uma pessoa intersexual deve utilizar?”

Alternativas	%
É uma questão de opção da pessoa, ela deve usar o banheiro correspondente ao gênero que se identifica	25
Ela deve utilizar o banheiro de acordo com o sexo presente em seus documentos	50
Pessoas intersexuais devem possuir um banheiro especial para elas	0
Não sei	25
Outra	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Discussão

Apesar de 92% dos docentes terem, em algum nível, conhecimento a respeito de pessoas intersexuais e 75% já terem abordado assuntos referentes ao gênero em suas aulas, 67% alegaram não ter recebido nenhum tipo de orientação, em sua formação profissional, relacionada a questões de intersexualidade e nenhum, dos 12 sujeitos da pesquisa, alegou ter participado de cursos de capacitação voltados para a questão do gênero. Estes dois últimos pontos evidenciam as chances desses temas, gênero e intersexualidade, estarem ausentes no curso de EF.

Esses dados alertam para a probabilidade sobre a manutenção do status de invisibilidade e exclusão de pessoas intersexuais em ambientes que promovam a prática de atividade física e/ou esportiva. A ausência de questões sobre intersexualidade e gênero na formação e capacitação profissional dos docentes do curso de EF poderá refletir na formação de seus alunos, que, conseqüentemente, em algum momento no exercício de sua profissão, poderão se encontrar em situações que necessitem conhecimentos sobre tal assunto. Saber ou não lidar com essas questões influencia a inserção de pessoas intersexuais em espaços que exijam a presença de profissionais de EF, considerando que esses profissionais, quando capacitados, contribuirão para um cenário mais acolhedor, tendo em vista que este grupo é alvo de estigmatização.

Não é uma exclusividade da área da EF a carência de orientações sobre este grupo: muitos profissionais do ramo da enfermagem, por exemplo, desconhecem a condição e os desafios que pessoas intersexuais encontram (MACKENZIE; HUNTINGTON; GILMOUR, 2009). Isso confirma o argumento de que a invisibilidade vivenciada pelo grupo intersexual é uma situação sistêmica na sociedade.

A respeito do papel de gênero entre homens e mulheres, 83% dos docentes entendem que existem diferenças sobre os papéis na sociedade. Tal fato já foi discutido em outros momentos. Um estudo que traz uma narrativa interessante e que pode auxiliar na compreensão dos fatos foi apresentado por Silva e Brabo (2016, p. 3). Os autores indicam que “[...] cada grupo tem suas próprias características de comportamento, o qual é fortemente influenciado pelos padrões de cultura”. Nesse sentido, observamos que a maioria dos docentes entende que a sociedade espera comportamentos e escolhas das pessoas de acordo com o gênero delas, ou seja, para eles, existe determinado padrão preestabelecido de comportamento perante o gênero. Esses *padrões* são reflexos da heteronormatividade. Segundo Silveira e Vaz (2014), romper com essa ideia de comportamento é um desafio necessário, pois aqueles que transgridem os limites de *performance do gênero*⁴ são alvos de estigmatização. Essa afirmação nos parece apresentar certa relação com os achados da pesquisa. Uma vez que uma parcela significativa, correspondente a 58% dos docentes, já presenciaram, em algum momento de suas intervenções, alunos sendo alvo de gozação por não apresentarem comportamentos culturalmente adequados de acordo com o seu sexo.

4 O termo “performance de gênero” é um conceito proposto pela filósofa feminista Judith Butler que auxilia na formulação de uma nova ideia a respeito do significado do gênero. Parte-se do princípio da não existência de uma maneira intrínseca de agir ou de se comportar perante o próprio sexo biológico, logo, aprende-se. A partir deste pressuposto surge o gênero: uma amalgama de comportamentos e atitudes assimiladas para atender uma demanda da sociedade que busca padronizar os indivíduos em categorias pré-estabelecidas (masculino/feminino). A palavra performance traz à luz a ideia de “atuação”, algo que foi ensaiado, ou treinado para acontecer. Portanto, o termo “performance de gênero” pode ser entendido como o ato de desempenhar comportamentos, aprendidos ou impostos, no intuito de se adequar a um determinado padrão preestabelecido pelas categorias de gênero.

Sobre a compressão a respeito da intersexualidade, 34% dos docentes afirmaram ser essa uma condição genética e social, enquanto 25% afirmaram ser apenas genética. De fato, a intersexualidade é uma condição também genética (FARIA *et al.*, 2015). No entanto, todas as peculiaridades observadas na literatura envolvidas neste grupo levam-nos a refletir sobre o quanto a cultura da sociedade influencia a vivência destes corpos vistos como *fora do padrão*.

Podemos inferir neste ponto que a intersexualidade é uma condição genética e social, primeiro porque o termo está balizado sobre a ideia do sexo biológico feminino e do masculino. O prefixo “inter” representa a palavra “entre”, logo, intersexualidade pode significar “entre os sexos”, remetendo então ao componente físico e não aos papéis de gênero. Em segundo plano, existem pessoas intersexuais que não se veem como homem ou mulher, do ponto de vista do gênero, identificando-se com o gênero intersexual, ou seja, não se comportando nem como homem nem como mulher, mas como intersexuais.

Categorizar itens ou mesmo estabelecer normas e padrões são eventos comuns do raciocínio, porém, é também frequente que esse fenômeno surja através de uma sensação de urgência, tendo em vista que a dúvida traz desconforto à mente, fazendo com que minúcias passem despercebidas. Essa urgência pode ser responsável por tornar um assunto complexo em uma circunstância banal. É um erro recorrente da sociedade tratar com banalidade assuntos complexos, pois resulta no atraso do desenvolvimento humano. A intersexualidade é de fato um tema complexo, assim requer graus mais polidos de reflexão. Entretanto, questões de gênero são um dos maiores tabus da sociedade, dificultando o prosseguimento do debate.

Ao aplicarmos o questionário, percebemos que os professores não estavam seguros sobre o conceito da intersexualidade. A discussão sobre gênero e sexualidade pareceu não ser alvo de dúvidas nem gerou algum tipo de estranheza, no entanto, as questões sobre intersexualidade aparentaram trazer a eles questionamentos profundos de modo que trouxesse certa insegurança para responder

às questões. A ideia sobre um sexo e gênero não binário aparentemente gera confusão: foi possível notar que alguns professores verbalizavam em baixo tom as perguntas sobre intersexualidade, dando a entender que existia ali algum tipo de conflito interno.

Uma parcela significativa dos docentes, que corresponde a aproximadamente 60%, acredita que o curso deve promover discussões sobre o gênero, com ou sem consentimento dos alunos, porque esta é uma de suas responsabilidades. O ensino sobre gênero, nas universidades, tem sido preocupação vigente (BRANDÃO; ALZUGUIR, 2019) e isso é demonstrado pela opinião da maioria dos docentes entrevistados. O gênero tem sido, ao longo do tempo, cada vez mais um dos veículos para a compreensão da sociedade, no entanto, no curso de EF, essa discussão é aparentemente ausente nas disciplinas (DEVIDE *et al.*, 2011).

O uso do banheiro, de acordo com a identidade de gênero do indivíduo, é uma discussão que tem crescido nos últimos anos (BALTES-LÖHR, 2018). A maioria dos espaços públicos disponibiliza banheiros distintos por gênero (biológico) para a população. No entanto, para pessoas que *excedem* os padrões de gênero/sexo da sociedade — como os transgêneros e intersexuais —, uma simples ida ao banheiro pode se tornar um evento hostil (COELHO *et al.*, 2018). O fato de esses indivíduos romperem com as normas convencionais de gênero desafiam a sociedade que, em muitas ocasiões, apenas reconhece a *legitimidade* naquilo que é heteronormativo.

Levando em consideração as discussões sobre a categoria gênero/sexo e as normas convencionais do uso do banheiro em espaços públicos, acreditamos ser conveniente analisar a opinião dos docentes a respeito dessa temática. Assim sendo, 50% dos docentes afirmaram que uma pessoa intersexual deverá utilizar o banheiro correspondente ao sexo presente em seus documentos oficiais. Houve empate de 25% entre as opções: “É uma questão da pessoa, ela deve usar o banheiro correspondente ao gênero que se identifica” e “não sei”.

De todo modo, parece-nos que essa foi uma das condições investigadas que mais causou divergências, quando comparada as demais, talvez por dúvida, falta de conhecimento ou até mesmo medo de assumir uma posição frente a questões de gênero. Acreditamos que essas questões podem ser discutidas em outros modelos investigativos que ultrapassam os limites do modelo de pesquisa adotado.

Este estudo é uma das primeiras aproximações sobre o tema voltado para o ramo da EF, isso significa que há muito a ser investigado, principalmente pelo fato de a amostra da pesquisa ser pequena, o que nos possibilita somente tecer hipóteses iniciais a respeito destas questões. Contudo, para que novos achados sejam encontrados e discutidos, devem buscar números maiores e utilizar outros instrumentos para a coleta de dados. Além disso, a presente pesquisa teve como fim, analisar apenas a visão dos docentes por meio da adaptação de um questionário preexistente. Em outro momento, há de se buscar as impressões e posicionamentos dos discentes. Esperamos que as discussões no campo do gênero, relacionadas ao âmbito da educação física, sejam amplamente aprimoradas, uma vez que essa área do conhecimento humano trata de assuntos diretamente ligados à cultura corporal de movimento em suas diferentes esferas (participação, educação e desempenho), assim como possui significativa parcela na saúde e qualidade de vida da sociedade.

Considerações finais

A EF vem recentemente se aproximando e contribuindo cada vez mais para as questões de gênero, considerando as referências ao tema em diversos tipos de publicações, congressos e seminários. O Brasil tem sido um dos países que mais contribui e se destaca nessa área. É importante que o tema esteja presente na comunidade da EF, porque esse foi, por muito tempo, um ambiente conservador que reforçava um cenário estigmatizante. Embora a pauta da sexualidade e do gênero estejam em voga, a intersexualidade ainda está em

fases embrionárias de discussão. Esse tema possuiu diversas particularidades e precisa ser amplamente discutido.

Pessoas intersexuais são alvos de normalização e rechaçamento na sociedade, muito em razão do preconceito e desconhecimento a respeito de sua singularidade. Seja no esporte, no trabalho, na escola ou em casa, este grupo pode estar submetido a situações indesejáveis em razão da posição de gênero/sexo. Parece-nos que esse fato é, por vezes, confirmado em algumas respostas dos participantes. Como podemos observar quando uma parcela significativa disse presenciar situações de gozação entre estudantes heteronormativos contra aqueles que não apresentavam padrões heteronormativos esperados. Questionar os docentes do curso de EF sobre esta problemática é, também, trazê-los para compor o debate, dada a relevância do assunto e a própria escassez de informações sobre o tema na literatura específica do curso. Investigar esta problemática é uma maneira de contribuir para a inclusão em detrimento das situações estigmatizadas vivenciadas por pessoas intersexuais.

Referências

AINSWORTH, Claire. Sex redefined. *Nature*, Londres, v. 518, n. 7539, p. 288-291, fev. 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/518288a>. Acesso em: 24 set. 2019.

BALTES-LÖHR, Christel. What are we speaking about when we speak about gender? Gender as a continuum. *Cultural and Religious Studies*, New York, v. 6, n. 1, p. 1-32, jan. 2018. Disponível em: <https://orbilu.uni.lu/handle/10993/46480>. Acesso em: 08 jul. 2019.

BANDEIRA, João Edson Marques *et al.*, Mulheres XY e a síndrome de insensibilidade aos andrógenos. *Revista Educação em Saúde*, Anápolis, v. 3, n. 1, p. 115-117, jul. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/1252>. Acesso em: 07 maio 2019.

BARROS, Inajá Guedes. Intersexualidade – Retificação de Registro Civil – Quesitos da Curadoria de Família. *Justitia*, São Paulo, v. 52, n. 150, p. 12-20,

abr./jun. 1990. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/24216>. Acesso em: 04 maio 2019.

BIANCO, Bianco; CHRISTOFOLINI, Denise Maria; GHERSEL, Frederico Rezende; GAVA, Marcelo Machado; BARBOSA, Caio Perente. Distúrbio da diferenciação sexual testicular XX: relato de caso. *Einstein*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 394-396, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/wfRMpNVnPHkRjtX4WNxJqFz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRANDÃO, Elaine Reis; ALZUGUIR, Fernanda Vechhi. A importância do ensino sobre gênero na graduação em Saúde Coletiva: uma interseção necessária. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 67-79, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nXy9P6nwc7Gt4Bd7R69FffQ/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2019.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina Figueira. *Aspectos da construção da maternidade em mulheres com filhos intersexuais*. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10307>. Acesso em: 08 maio 2019.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina Figueira; BASTOS, Ana Cecília de Souza Bittencourt; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1145-1164, ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/9DkZfbmPzYJ5TgsWyLY4dhb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2019.

COELHO, Rafael Torres *et al.*, Atletas Transgêneros: tabu, representatividade, minorias e ciências do esporte. *Revista de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO*, São Gonçalo, v. 3, n. 5, p. 29-58, jul. 2018. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=2TRABALHOSACADEMICOAOGONCALO2&page=article&op=view&path%5B%5D=6630>. Acesso em: 22 abr. 2019.

DABHOLKAR, Samiha. A need to intercede? The International Olympic Committee and intersexuality. *The international Sports Law Journal*, The Netherlands, v. 13, n. 1-2, p. 55-59, mar. 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40318-013-0012-6>. Acesso em: 22 abr. 2019.

DAMIANI, Durval *et al.*, Homem XX: relato de três casos na faixa etária pediátrica. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 79-82, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/mTr6WfQkFhYSs7XG8R7dmjt/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2019.

DAOLIO, Jocimar; VELOZO, Emerson Luís. A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a Pedagogia do Esporte. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 9-16, jan./jul. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/1794>. Acesso em: 24 abr. 2019.

DAUDER, Silvia García. Las fronteras del sexo en el deporte: tecnologías, cuerpos sexuados y diferencias. *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p1>. Acesso em: 22 jul. 2019.

DEVIDE, Fabiano Pries *et al.*, Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. *Motriz*, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 93-103, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/vdH5QcysDZcqrTk4hNZsqY/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DOMENICE, Sorahia *et al.*, Aspectos moleculares da determinação e diferenciação sexual. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 433-443, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/hDqjmrqQNrcvchNZ7rDptZp/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2019.

DREGER, Alice Domurat *et al.* Changing the nomenclature/taxonomy for intersex: a scientific and clinical rationale. *Journal of Pediatric Endocrinology & Metabolism*, Chicago, v. 18, n. 8, p. 729-733, ago. 2005. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/jpem.2005.18.8.729/html>. Acesso em: 07 maio 2019.

ELSAS, Louis J. II *et al.*, Gender verification of female athletes. *Genetics in Medicine*, Atlanta, v. 2, n. 4, p. 249-254, jul./ago. 2000. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/gim2000258>. Acesso em: 17 maio 2019.

FARIA, Bárbara Sousa *et al.*, Síndrome de insensibilidade completa aos androgênios – caso clínico. *Acta Obstétrica e Ginecológica Portuguesa*,

Coimbra, v. 9, n. 1, p. 73-75, jul. 2015. Disponível em: <http://www.fspog.com/pt/revistas/1-18-35/>. Acesso em: 10 set. 2019.

GAUDENZI, Paula. Intersexualidade: entre saberes e intervenções. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 1-11, fev. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9YDR5zQjcpKFhbLBkcKR8Km/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 set. 2019.

GUIMARÃES, Anibal. Bioética e intersexualidade: algumas reflexões. *Revista Redbioética/UNESCO*, Montevideo, v. 1, n. 7, p. 45-56, jun. 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000224741>. Acesso em: 12 ago. 2019.

HARPER, Joanna *et al.* The fluidity of gender and implications for the Biology of inclusion for transgender and intersex athletes. *Current Sports Medicine Reports*, Indianapolis, American College of Sport Medicine (ACSM), v. 17, n. 12, p. 467-472, dez. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30531465/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de; MACHADO, Paula Sandrine; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. (Des)encontros no hospital: itinerário terapêutico de uma experiência intersexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 49, p. 30, abr. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/33161209/_Des_encontros_no_hospital_itiner%C3%A1rio_terap%C3%AAutico_de_uma_experi%C3%Aancia_intersexo. Acesso em: 13 abr. 2019.

MACKENZIE, Drew; HUNTINGTON, Annette; GILMOUR, Jean A. The experiences of people with an intersex condition: a journey from silence to voice. *Journal of Clinical Nursing*, Oxford, v. 18, n. 12, p. 1775-1783, set. 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19646120/>. Acesso em: 17 maio 2019.

MAIA, Frederico F. R. *et al.* Diagnóstico tardio da Síndrome de Klinefelter - relato de caso. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 306-309, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/QBKFj4gbVgJmScCvTk6mDJL/?lang=pt#>. Acesso em: 08 maio 2019.

MELO, Karla F.S. *et al.*, Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos: análise clínica, hormonal e molecular de 33 casos. *Arquivos de Endocrinologia &*

Metabologia, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 87-97, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/TSSYkWj3HHFjBjDWBfN5mBk/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2019.

MIANO, Paola. Intersex condition and the construction of gender identity. *International Journal of Humanities and Cultural Studies*, Tunísia, v. 2, n. 3, p. 586-598, dez. 2015. Disponível em: <https://pure.unipa.it/en/publications/intersex-condition-and-the-construction-of-gender-identity-3>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MOLETA, Serli Rech. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: Produções Didático-Pedagógicas. *Cadernos PDE*, Paraná, p. 213, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unicentro_port_pdp_serli_rech_moleta.pdf. Acesso em: jun. 2019.

OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de; PORTO, Tauane Caldeira. A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 6., São Leopoldo. *Anais [...]* São Leopoldo: Faculdade EST, 2016. p. 322-336. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/649>. Acesso em: 15 maio 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. *O que são 'Intersex'?* 2018. Disponível em: <https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2018/10/Intersex-PT.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

PIRES, Bárbara Gomes. As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: Intersexualidade, doping, protocolos e resoluções. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, [s. v.] n. 24, p. 215-239, dez. 2016a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/wSv4KF77Qgzz7MZtHrkYcxy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PIRES, Bárbara Gomes. Des-fazer de corpos: uma história sobre bem-estar, sofrimento e intersexualidade. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 48, p. 13-24, mar. 2016b. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/11498>. Acesso em: 22 set. 2019.

REARDON, Sara. The spectrum of sex development: Eric Vilain and the intersex controversy. *Nature*, Londres, v. 533, n. 7602, p. 160-163, 10 maio 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27172029/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

RITCHIE, Robert; REYNARD, John; LEWIS, Tom. Intersex and the Olympic Games. *Journal of the Royal Society of Medicine*, London, v. 101, n. 8, p. 395-399, ago. 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1258/jrsm.2008.080086>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ROWLANDS, Sam; AMY, Jean-Jacques. Preserving the reproductive potential of transgender and intersex people. *The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care*, Paris, v. 23, n. 1, p. 58-63, jan. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29323576/>. Acesso em: 15 maio 2019.

SANTOS, Ana. Corpos transviados, corpos falhados: a arte queer do fracasso no desporto. *Transversos: Revista de História*, Rio de Janeiro, [s. v.], n. 14, p. 150-165, dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/39335>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha. *Desenvolvimento da identidade de gênero em casos de intersexualidade: contribuições da psicologia*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento Humano no Contexto Sociocultural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6315>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino? *Trama Interdisciplinar*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 127-140, set./dez. 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9856>. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; VAZ, Alexandre Fernandez. Corpo feminino no esporte: entre heterossexualidade compulsória e lesbofobia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 212-222, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2128>. Acesso em: 02 ago. 2019.

SMYTH, Cynthia M; BREMNER, William J. Klinefelter Syndrome. *Arch Intern Med*, Chicago, v. 158, n. 12, p. 1309-1314, jun. 1998. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9645824/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SULLIVAN, Claire F. Gender Verification and Gender Policies in Elite Sport: Eligibility and “Fair Play”. *Journal of Sport and Social Issues*, Washington, v. 35, n. 4, p. 400-419, nov. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0193723511426293>. Acesso em: 05 maio 2019.

THOMAS, Jerry; NELSON, Jack; SILVERMAN, Stephen. *Métodos de pesquisa em atividade física*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TUCKER, Ross; COLLINS, Malcolm. The Science of Sex Verification and Athletic Performance. *International Journal of Sports Physiology and Performance*, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 127-139, jun. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20625186/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

XAVIER, Neena; MCGILL, Janet McGill. Hyperandrogenism and Intersex Controversies in Women’s Olympics. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, Washington, v. 97, n. 11, p. 3902-3907, nov. 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22990091/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

YOUNG, Stephanie Lynn. Running like a man, sitting like a girl: visual enthymeme and the case of Caster Semenya. *Women’s Studies in Communication*, San Diego, v. 38, n. 3, p. 331-350, 24 jul. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282223776_Running_Like_a_Man_Sitting_Like_a_Girl_Visual_Enthymeme_and_the_Case_of_Caster_Semenya. Acesso em: 08 jun. 2019.

Recebido em: 06 de julho de 2021
Aprovado em: 20 de janeiro de 2023